

Sondagem nos anos 20 — cultura, sociedade, cidade

O imediato após-guerra europeu e os anos 20 seguintes definiram-se em profundas transformações sociais e políticas que foram necessariamente alterações de mentalidade. Conjunturas agitadas levaram à instituição de novas estruturas modeladas pelas mudanças de regime na Europa central vencida e pela Revolução Bolchevique, geradora duma geral oposição proletária ao *establishment* burguês ocidental — e neste, logo também, por um desejo de viver em outros ritmos culturais, a renovarem uma «Belle Époque» que a guerra enterrara e que, perdido o nobre adjectivo oitocentista, se proclamava, em desafio mundano, período de alegres consumos, de «Années Folles», até ao *crack* de 1929.

Saído da guerra com a importante vantagem das colónias salvaguardadas, saído também duma primeira ditadura de cariz pré-fascista, Portugal ia passar a viver a segunda época da sua jovem República, cuja estrutura mental positivista entrava em crise. As novas exigências do mundo social e cultural encontravam aqui fraca resposta política, dada por um pessoal medíocre, à esquerda como à direita — com progressiva vantagem desta, como em tais situações normalmente acontece.

Dois períodos contêm este período decimal, metade vivido em democracia, metade em ditadura: de 1918, fim da guerra e do Sidónio, até 1926, e daí, data dum pronunciamento militar sem cabeça, até 1932, quando a Igreja e a finança lhe forneceram, acoitando-se de perigos urbanos, na pessoa fatal ou necessariamente provinciana de Salazar. Os anos 20 são, assim, anos de imbróglio, à esquerda durante sete anos, à direita durante seis, prazos de decadência de um regime e de implantação de outro — numa idêntica ou permanente situação de subdesenvolvimento cultural, alheio às categorias e aos ritmos de outro modo necessários da Cidade.

Isso importa investigar, num conjunto de relações que permitam entender globalmente a década, articulando os seus factos socioculturais numa rede, tão apertada quanto possível, de acções e reacções, de provocações e respostas, procurando, mais do que causas, correspondências — e delas, com algumas coincidências inesperadas, fazendo sair uma ou outra possível explicação, ou, pelo menos, um ou outro esclarecimento.

Uma ciência dinâmica de factos, digamos uma *factologia* (que aqui não cabe definir), atenta a comportamentos comunicantes, significando e denotando uma mentalidade em transformação, aberta também a doxos e para-

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL.

doxos, será o instrumento fundamental desta pesquisa que, tal como se fez para o romantismo¹, em mais largo período de quarenta e cinco anos activos, fora os outros, se está fazendo para esta década, que tem também anos antes e anos depois. Há algum tempo que se percorre o decénio em questão, já abordado e tratado no sector artístico² — que, por razões anteriormente explicadas e mais ou menos teorizadas³, se considera porta de entrada privilegiável para a pesquisa em curso. De momento, porém, e no estado das investigações feitas, não se pretende nem se pode ir além de uma primeira sondagem, que, como sondagem que é, colhe dados em várias direcções, deixando por enquanto largas zonas por explorar. Por exemplo: o viver dos agrupamentos sociais do interior do País, as fórmulas da vida afectiva e erótica, o sentimento e a prática religiosa, o ensino, entre o laico e o jesuítico, a própria Igreja ou a Maçonaria com suas tensões, a emigração e os movimentos operários no quadro duma proto-industrialização e das crises económicas, o desenvolvimento da publicidade, o consumo musical ou o cinematográfico, etc., etc., etc.

A sondagem feita aqui realizou-se em três pistas que, entre outras, se cruzam numa grelha ou num tecido que não admite planos hierarquizados — e algum interesse ela porventura terá na larga temática da «formação do Portugal contemporâneo».

Anos de formação sem dúvida são estes, de 1920 a 1930 (ou de 1918 a 1932), em que se decidiram, como por todos os lados do mundo ocidental, e particularmente na Europa, os valores condutores do futuro social e cultural. Em Portugal, eles dizem respeito, fundamentalmente, à opção conjuntural entre «cidade» e «serras», num novo ponto crítico da história nacional, que, após a euforia da década de 10, retomava a dilemática de um quarto de século atrás, também formada depois da tentativa «urbana» da geração de 1870. Mas, nos anos 20, a luta entre as duas situações, por inconsciência e ingenuidade cultural de um lado, só foi possível pelo outro — que, ao cabo, ganhou, e por muitas décadas...

As três pistas referidas atravessam domínios de Cultura, ainda pouco explorados (da literatura menor, dos jornais, do teatro...), e de Sociedade, em que aliás se contam, nos últimos anos, trabalhos muitas vezes de boa investigação, mais geralmente interessados no tabuleiro da política⁴ — como aqui também, em certa medida, porque a classe política, embora abandonada e desprezada na altura (votada a 7% em 1919 ou a 16% em 1925!), ou por isso mesmo, paradoxalmente, assume uma representatividade nacional do grande vazio da Pátria inestruturada a níveis mais profundos... Finalmente, as pistas seguidas atravessam o domínio da Cidade, fenómeno e lugar onde dos fenómenos, já abordado, mas não suficientemente. E será (poderia, poderá ser) Lisboa uma Cidade?...

¹ José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, 1975.

² Id., *A Arte em Portugal no Século XX*, Lisboa, 1974.

³ Id., «Perspectiva artística da história do século XIX português», in *O Século XIX em Portugal*, Colóquio do GIS, Lisboa, 1979.

⁴ A. H. de Oliveira Marques, A. Lopes de Oliveira, Alfredo Margarido, Armando Castro, Arnaldo Madureira, Carlos Ferrão, Cecília Barreira, César Nogueira, David de Carvalho, Fernando Medeiros, Jacinto Baptista, João Medina, Jorge Campinos, José António Saraiva, Júlio Henriques, José Pacheco Pereira, Manuel Villaverde Cabral, Miriam Halpern Pereira, etc.

1. CULTURA

Uma imediata abordagem cultural, no sector mais abundante em informação que é o da literatura e de alguma arte, leva-nos a verificar que o movimento modernista definido entre 1915 e 1917, com o segundo número de *Orpheu*, com as exposições de Amadeu de Sousa-Cardoso e o *Portugal Futurista*, perdeu todo o alento em 1918, com as mortes de Amadeu e de Santa-Rita e com a partida seguinte de Almada para Paris, com o silêncio significativo de Pessoa desde a sua polémica intervenção futurista — e logo se deram por mortas escolas e aventuras que os anos 20 prudentemente herdariam, acomodando-se num quadro de valores mundanos em que a sociedade do após-guerra havia de se rever com medíocre complacência.

Em duvidosa e moralista fidelidade familiar, lançaram-se então (1925) obras póstumas de Eça de Queirós em que a crítica social de Oitocentos continuava a ter acertada aplicação. Mas a involução tradicionalista da leitura de Eça, por reacção anti-republicana, provocou também uma sublitteratura imitativa de que um próprio filho do romancista foi efeito — e que teve maior pretensão ideológica no *D. Aleixo*, do conde de Aurora (1922), e n' *Os Noctívagos*, de João Ameal (1924), imagem da vida da capital que encontraria regeneração rústica e solarenga, «cidade» e «serras» de segunda ou terceira ordem, mas, por isso mesmo, significativa no discurso nacionalista deste período crucial.

Outra densidade tinha então, se não os versos sentimentais à terra-mãe de A. Correia de Oliveira (e de outros mais), a propaganda de fé nacional de A. Lopes Vieira «em demanda do Graal», ou de Gil Vicente, ou do Amadis (1922-23), em que um sentido de «reaportuguesar Portugal tornando-o europeu» joga, perdendo, numa ambiguidade cultural que, iludindo problemas, não se poderia assim resolver. Antero de Figueiredo, romanceando *D. Sebastião* (1924), H. Lopes de Mendonça, em últimos fogachos de história romântica, ou Júlio Dantas, entre a história pequena e as crónicas de chá das 5, em vastíssima obra então publicada que o levaria, em 1923, à presidência perene da Academia, marcam ainda um nacionalismo romântico mais ou menos liberal — que perdeu em Marcelino Mesquita, falecido em 1919, num *Grande Amor* melancolicamente serôdio, um dos seus mais autorizados cultores.

A palavrosa *Exortação à Mocidade*, de Malheiro Dias, em 1925, tinha gosto atrasado de uma ideologia literata que, herdeira de modernistas, a revista *Contemporânea* procurava corrigir, em 1922, sob a activíssima direcção de José Pacheco. «Revista civilizada para civilizar gente», o seu nacionalismo de «alegria e força» começava por reconhecer que o País não era «nem contemporâneo nem europeu», como desejava — e Almada Negreiros, regressado desiludido de Paris, cantava *par coeur* nas suas páginas uma história de Portugal liricamente patriótica a que a viagem aérea de Coutinho e Cabral então fazia jus, nisso se comprometendo uma das linhas do modernismo nacional que teria futuro necessário. Pessoa, colaborando embora, ao mesmo tempo que publicava discretamente, na sua revista *Athena*, reflexões estéticas de outra gravidade, punha reticências melancólicas a este surto que lembrava mal o passado...

Outro nacionalismo, barresiano, desenhava-se então nos sucessivos romances de um antigo anarco-sindicalista, Manuel Ribeiro, que, de 1920 a 1929, entre misticismos de convertido (*A Catedral* — algo blasco-ibañesca, *O Deserto*, *Revoada dos Anjos*, *Batalha nas Sombras*) e reflexões de re-

denção mítica da Pátria (*A Colina Sagrada*, que era propositadamente Coimbra), realizou uma obra por de mais esquecida que põe uma série de problemas dificilmente recebíveis pela sociedade contemporânea política ou clerical.

A guerra recente e traumatizante foi também tema de vasta literatura, mais patriótica que outra coisa, onde cabe destaque de João Grave, no seu discreto dramatismo (*O Mutilado*, 1919, *Sacrificados*). Fora de propósitos ideológicos, Sousa Costa, Samuel da Maia (*O Sexo Forte*, 1919), um novo, Vitorino Nemésio (*O Paço do Milhafre*, 1924), mantinham discretamente uma tradição realista que perdera em Teixeira de Queirós, morto em 1919, a sua última justificação oitocentista. Outras forças de expressão, mais literárias (a que a influência de Fialho não fora alheia), exprimiram-se expressio-nistamente na última grande obra de Raul Brandão, *Os Pescadores*, em 1923 (morreria em 1930), mas, enquanto se prestava homenagem a Camilo, na passagem do seu centenário (1925), um novo romancista ia conquistando lugar para uma prosa inventiva que o arredava de subtilezas urbanas, mal adivinhadas no seu Paris de exilado anarquista — mas, em compensação, o vocacionava para grandes paisagens rurais, com saboroso paganismo. Boa vocação foi ela, para Aquilino Ribeiro, entre a *Via Sinuosa* (1918) e *O Homem Que Matou o Diabo* (1930), ou, em real qualidade telúrica, em *Andam Faunos pelos Bosques*, do ano anterior. As razões do êxito de Aquilino residem, sem dúvida, nesta aproximação do agro, que continuava a ecoar na experiência sentimental dos leitores naturalmente citadinos — a quem a cidade, na verdade, nada ou pouco dizia de cultural. A pintura de Malhoa e a própria evolução de Lisboa, como veremos, são elementos que concordam com o sucesso editorial deste romancista — que vinha, também, da linha camiliana. Assim, por ele se assegurava uma desejada continuidade cultural entre os dois séculos, abertamente para uns, secretamente para outros, neste período de transformação (e de reflexão possível) da vida nacional.

Um só romance pode então assumir a urbanidade e ficou em manuscrito entre 1925 e 1938: *Nome de Guerra*, de Almada Negreiros. Romance «contemporâneo» e «europeu», como teriam dito os seus amigos da *Contemporânea*, ele mitificava a cidade para além do seu quotidiano boémio, como instância de conhecimento cósmico, já desejado na sua lírica *Invenção do Dia Claro*, em 1921. E o gosto francês epocal da obra (Cocteau, Radiguet) funde-se numa realidade que Almada faz portuguesa, na sua obsessão poética. É o primeiro e, no seu tempo, único romance moderno; por isso também, ficou numa gaveta, esperando entendimento que a geração da *Presença* lhe daria — mas só em parte, como não cabe aqui explicar, por já ser problema dos anos 30.

Romances e novelas lisboetas não faltavam, porém, nestes anos 20, a que se ofereciam retratos trepidantes. Mas trata-se de uma subliteratura de magazine, falsamente moderna, muitas vezes em colecções periódicas de novelas («Portuguesa», «Sucesso», «Actual», «Hora Novelesca», «Para Todos» — à moda espanhola), em que seria possível, e algo útil, estabelecer um código de títulos apropriados — com *Esfinges*, *Carnes Famintas*, *Ídolos de Carne*, *Perdões Tardios*... Entre os seus autores (Assis Esperança, E. Frias, M. Domingues, Rocha Martins, Reinaldo Ferreira-Repórter X, jornalista de sensação) avultava Ferreira de Castro, ao longo de toda a década, em numerosos títulos de colaborações. A *Ilustração Portuguesa*, em 1922, tinha-o para dar conselhos a novos prosadores, numa espécie de consultório; no *ABC*, em 1925, fazendo crítica literária, atacaria o regionalismo de Aquilino; em 1928

seria co-director da *Civilização*, a par de outro romancista popularíssimo, Campos Monteiro. Em 1928, com *Emigrantes*, e em 1930, com *A Selva*, subitamente, Ferreira de Castro mudaria de maneira, procriando o romance social português com duas obras que seriam, aliás, as suas obras-primas.

Nestes anos 20, porém, o papel dos semanários ilustrados, quer literário, em prosas de género sensacional, quer artístico, em capas e desenhos modernos, foi considerável — e o melhor período da *Ilustração Portuguesa*, que durou menos de um ano, em 1921-22, foi devido a um jornalista de talento, que fora amigo da gente do *Orpheu* e depois sidonista convicto: António Ferro. Era ele o único cronista português com desembaraço moderno, sem quebra de gosto num cosmopolitismo que o envernizara, de Paris a Hollywood, entre vedetas e ditadores que o fascinavam. Na verdade, fascinava-o, mais do que o moderno, o novo, e a sua *Idade do Jazz-Band*, de 1922, é, desse nível menor da década, o mais significativo texto, tal como, no domínio da ficção, o é a «novela em fragmentos» *Leviana*, do ano anterior, a qual já foi necessariamente posta em paralelo com o *Nome de Guerra*, de Almada.

Humoristas mais comuns, de gosto alfacinha, eram também então lidos, em tons de crónica elegante (como L. de Oliveira Guimarães, J. Ameal ou A. de Castro) ou pequeno-burguesa (como Armando Ferreira e A. Brun — cujo Praxedes é figura de reter, no seu bom senso medroso e acomodaticio); e havia ainda João Verdades e o «palavrocíniqueiro» A. Forjaz de Sampaio, em jeitos comercialmente moralistas ou imoralistas. Um semanário aparecido em 1926, *O Sempre Fixe*, dava extensão a esta corrente popularizada.

Restavam os poetas, mas Gomes Leal e Junqueiro morriam então, em 1921 e 1923, e até o popular Augusto Gil, em 1929. Eugénio de Castro compassava os seus ritmos clássicos e Pascoais, depois de um *D. Carlos* melancólico, de reflexão histórica, em 1925, publicaria, em 1930, o primeiro volume das suas obras completas, com o *Sempre*, de 1897, e a *Terra Proibida*, de 1899, reelaborados. Era a morte d'*A Águia*, que fora porta-voz idealista da 1.^a República, numa pedagogia romanticamente involuída em «saudosismo» — e que, já perdido o seu sentido teórico ou doutrinário ante a *Seara Nova*, pelo lado literário cedia o lugar, desde 1926, aos editores coimbrões da *Presença*, de olho francês, introspectivos sem lei nem grei, comentando severamente academismos e pacotilhas da moda. Entre eles, e exercendo magistério crítico e polémico, estava José Régio, que, em 1926, publicou os seus *Poemas de Deus e do Diabo*, nos quais uma nova poesia nascia, com lembranças maiores dos anos 10 — e sem esquecer A. Boto, em incómoda posição de pioneiro.

Uma nova situação mental, que Pessoa, em certa medida, garantia, propunha-se ali, em limites fatalmente provinciais. Seria possível de outro modo, sendo Coimbra o que era e Lisboa também?

Milhentos poetas publicavam anualmente os seus versos, «toadilhas» e «prelúdios», «boninas» e «tântalos», «tédios» e «poalhas», «cinzas» e «revoadas», «males de amor» e «chamas eternas»...

Muitos deles, e não os melhores, eram femininos, com jeitos feministas até, procurando alforrias que só podiam ter eco mundano em Portugal — *garçonnes* [Margueritte foi traduzido em 1924(?), dois anos após o original parisiense] em desafio, como Mercedes Blasco, pobre vedeta de revista em crónicas de escândalo manso, ou Judite Teixeira, de boa burguesia, *Nua* de seu título provocatório (1926), e dezenas de outras, por vezes acobertadas em pseudónimos mimosos...

Em 1928, a *ABC* publicava, fornecida pelo director da Biblioteca Nacional a um editor alemão, uma lista dos doze autores portugueses mais popularizados; ignoram-se o critério e as bases da informação de Gualdino Gomes, em certos casos surpreendente também por ausências. Eram os seguintes os dois poetas e os dez prosadores incluídos: Eugénio de Castro, Rocha Martins, Antero de Figueiredo, Dantas, Agostinho de Campos, Aquilino, João Grave, Forjaz de Sampaio, Raul Brandão, Virgínia de Castro e Almeida, Virgínia Vitorino e Augusto Gil.

Rocha Martins, director da própria *ABC*, era um jornalista aliteratado e truculento, monárquico e franquista, sidonista e depois «abrilista», contando, com milhentos pormenores atrabiliários e pessoais, episódios históricos de revoluções e conjuras. Campos tinha uma compassada erudição nacionalista e, das duas Virgínias, ocupava-se de literatura infantil a primeira (como, mais moralista e progressistamente, Ana de Castro Osório) e fazia-se a segunda aplaudir no teatro, que habilmente escrevia, como veremos. Fora da lista, há que não ignorar as traduções mais vendidas — e aí Dekobra e Vautel alinhavam a sua pouca-vergonha parisiense com a demasiada moralidade de Henri Ardel...

Todo este mundo literário e intelectual, de várias intenções estéticas e morais e destinado a várias camadas de poucos leitores, não o esqueçamos, foi acompanhado desde 1921 pela *Seara Nova*, revista de doutrina e crítica, que representa uma tentativa de remodelação mental e, consequentemente, moral da Nação. «Renovar a mentalidade da *élite* portuguesa, tornando-a capaz de um verdadeiro movimento de salvação; criar uma opinião pública nacional que apoie as reformas necessárias»; «clareza de entendimento e disciplina das ideias»; «amor da realidade na sua expressão total e profunda» — o programa não iludia dificuldades no seio de uma sociedade viciada pela acção táctica dos minipartidos que se digladiavam em idêntica mediocridade, sem sombra de programação teórica. Jaime Cortesão e Raul Proença (e ainda Aquilino e Raul Brandão) encabeçavam esta acção verdadeiramente revolucionária: dois escritores de profunda radicação no real nacional, um lúcido crítico político e um romântico tardio, ainda da primeira geração da República, que fora de *A Águia* (assim também no pensamento substituída) e que viria a promover uma renovação na historiografia portuguesa. Com eles estava António Sérgio, que aderiu depois, «um pedagogo, uma sorte de pregador, um filósofo, um campeador pela Cultura e pelo bem do Povo» — que publicaria até 1928 (e então já exilado) os dois primeiros volumes dos seus *Ensaio*s famosos e em 1929, em Espanha, a sua polémica *História de Portugal*. Em 1925, aliás, saíra a 6.^a edição do *Portugal Contemporâneo*, de Oliveira Martins, bem apropriado à crise vivida e denunciada pela *Seara Nova*. Revista e movimento políticos definiam-se para além da situação final da República, que iria durar só mais quatro anos e meio: os «seareiros» constituíam uma espécie de consciência nacional — a única possível e a última nestes anos decisivos. Mas a sua luta contra o «integralismo» maurrasiano de A. Sardinha, com o qual, em 1923, tiveram efêmera aliança, nas poucas páginas de *Homens Livres*, foi afinal uma luta de *élites* minoritárias: a evolução, para além de peripécias militares ou abstractamente ideológicas, ia processar-se, no sentido lentamente tecido por católicos mais hábeis, no seio do antigo CADC, que, na fase definitiva do 28 de Maio, tomariam o poder com Salazar, numa irresistível mediocridade ordeira. Não antecipemos...

O pensamento «seareiro», que foi, por excelência, o pensamento sergiano, era racionalmente alheio a modernismos, erigindo métodos iluministas

(Verney foi o seu mentor) contra o romantismo ambiente, do saudosismo de Pascoais ao lirismo confessional e introspectivo da *Presença*, em termos que Ramalho Ortigão não teria repudiado ao longo da sua aquietada evolução — e isso constituía garantia do próprio nacionalismo construtivo da *Seara*, tentando actualizar funcionalmente a visão crítica da geração «estrangeirada» de 1870. Enquanto Leonardo Coimbra, último animador d'*A Águia*, se conver-tia declamatoriamente ao catolicismo, em 1924. O Grupo da Biblioteca, reunido em torno de Cortesão e Proença, entre 1922 e 1927, com a tentativa duma associação para a defesa dos interesses morais e materiais dos autores, e de que saiu o 1.º volume do *Guia de Portugal*, em 1925, a União Intelec-tual Portuguesa de Sérgio e as suas conferências foram marcos efêmeros neste processo de salvação, ou de civilização, votado à falência. Falência inevitável? Processo utópico?

Em que sítio se passava ele? Uma conferência de António Sérgio em 1926, e em Coimbra, diz ser no «Reino Cadaveroso»; Fernando Pessoa, me-nos vernáculo (*et pour cause...*), expunha pela primeira vez em 1928 (melho-rará a tese em 1932) a sua teoria do provincianismo português. Para Sérgio havia que instalarmo-nos «no dinamismo-espírito, no acto de juízo que constitui o eu»; para Pessoa, o «eu» tinha outras entradas e, sobretudo, ou-tras saídas, que o «pensamento absoluto e impessoal» do seu antigo colega d'*A Águia* certamente desconhecia. Mas o sítio físico era o mesmo — com a mesma gente, as mesmas livrarias, os mesmos teatros...

O teatro tinha então um papel importante na vida lisboeta (e pelo País fora também, em sociedades recreativas onde a representação teatral signifi-cava necessário convívio gregário): abundavam os espectáculos em várias sa-las, que reabriam (como o Trindade em 1924) ou se reconstruíam (como o Ginásio em 1925), e as companhias tinham nomes prestigiosos: Brasão, Al-ves da Cunha, Robles, Chaby, Lucinda e Lucília, Palmira, Amélia, Adelina e Aura, Ilda, Ester, Berta, Lalande, em 1929, e, na revista ou na opereta, Amarante e Satanela, Nascimento, António Silva, Álvaro Pereira, Carlos Leal, Vasco, Corina, Hortense, Laura Costa — e já Beatriz Costa. Uma tra-dição oitocentista mantinha-se assim e conhecia especial brilho nos anos 20.

Jaime Cortesão e Carlos Selvagem, V. Mendonça Alves, Vitoriano Braga e Alfredo Cortês, Virgínia Vitorino e Ramada Curto, tal como J. Galhardo, Xavier de Magalhães, Lino Ferreira, A. Nazaré, Ascensão Barbosa, F. Ber-mudes (e os seus compositores, Frederico de Freitas, R. Portela, R. Ferrão, Venceslau Pinto), monopolizavam os palcos do Nacional e do S. Carlos sem ópera (que o Coliseu explorava — mas, por excepção de programa e de cul-tura, coube ao teatro do Chiado dar o *Parsifal*, em 1921), do Apolo e as bar-racas do Parque Mayer, nascido em 1922, em alegre lembrança de hortas al-facinhas. Dantas rareava já e outros autores eram esporádicos (Afonso Gaio, A. Ferro, vítima de uma cabala em 1923). O *Ninho de Águias*, de Sel-vagem, a *Casaca Encarnada*, de Vitoriano, os *Namorados*, de Virgínia Vito-rino, nos primeiros anos da década, foram êxitos a que *O Lodo*, de Cortês, emprestou escândalo polémico, com o seu naturalismo violento, em 1923. Teatro burguês, ele dava boa réplica ao que se importava do bulevar pari-siense, com êxitos maiores, como a famosa *Mamã Colibri*, de H. Bataille, com Palmira Bastos, em 1923 — ano assaz privilegiado. Mais que todos os dramaturgos, os anos 20 lisboetas aplaudiram Ramada Curto. Ninguém me-lhor do que ele, com jeitos de causídico, sabia tecer uma intriga dramática, com seu progresso e seu clímax, e seus problemas por vezes ironicamente conduzidos, entre deveres conjugais e de consciência. *O Caso do Dia*, em

1926, depois do 28 de Maio, escrito por este antigo ministro socialista, teve expectativas de escândalo, aliás frustradas...

Épocas bem nutridas e monótonas para um público que não esperava nem desejava novidades. Um teatro modernizante, projectado em 1922 por A. Ferro e Pacheco para o Parque Eduardo VII (aonde viria a companhia de Diaghilew), outro, mais modestamente pensado para um salão da *Ilustração Portuguesa*, no mesmo ano e pelos mesmos, que seria «uma tribuna do pensamento moderno em Lisboa», foram sonhos sem seguimento — e, quando, três anos depois, Ferro conseguiu criar o seu Teatro Novo numa sala do novo cinema Tivoli, para representar *Knock* e Pirandello, não teve resposta do público... *A Religião do Teatro*, escrito em 1929 por um jovem crítico fora do circuito de convívios da imprensa, E. Scarlatti, não atraía fiéis fora das «claques» que a revista *De Teatro* servira em 1922.

Cécile Sorel, com a Comédie Française, foi *La Dame aux Camélias* aplaudidíssima no Politeama em 1923, Chevalier foi um êxito em 1925, no S. Luís; Loïe Fuller, em 1930, a trinta anos de distância do seu sucesso parisiense, foi um fracasso no Coliseu. De *Black Follies*, vindas ao Trindade em 1928, disse-se que estavam para «o ritmo e movimento das nossas revistas como a velocidade dum 60 HP para o andamento dos velhos carros do Chora», mas o Parque Mayer continuava a ter enchentes merecidas pelo seu humor alfacinha de gema, sentimental ou crítico das manigâncias da política — e apesar (ou por causa) da «miséria tristíssima, do estendal vergonhoso de falta de gosto» dos seus cenários, dizia-se no mesmo ano. Alguns esforços se faziam, porém, neste domínio, com cortinas, telões e figurinos de modernistas (Barradas, Soares, Almada, Tom), desde 1925 — e logo absorvidos pelos cenógrafos do costume, que, preferidos pelo público e pelos empresários, monopolizavam as encomendas, banalizando todas as inovações.

Mas outro tipo de espectáculos partilhou, ao longo da década, os favores do público: o animatógrafo, que então passava a chamar-se cinema.

A popularidade de feira desta nova arte evoluíra já em termos mundanos, com largos meios postos à disposição do público, pela América e pela Europa, e que tinham então proporção lisboeta, com a inauguração dum grande cinema na Avenida, em fins de 1924, o Tivoli, que, vagamente nascido para salão polivalente, por iniciativa capitalista, se definiu como cinema, final e proveitosamente. Pouco mais de três anos depois, o Teatro de S. Luís convertia-se ao cinema, concorrendo com o Tivoli e polarizando assim uma clientela elegante que outras salas procuravam atrair, como o Condes e, já fora do centro, o Royal, na Graça, em 1930, onde então se exibiu o primeiro filme «totalmente sonoro» e onde longos intervalos proporcionavam *matinées* dançantes às «senhoras da primeira sociedade»... Esta mundanização do cinema, com locais privilegiados, remodelados pelos fins de 1920 e «cada vez mais frequentados», já em 1920 se observava, na certeza de que a 7.^a arte «tinha um papel enorme a desempenhar na civilização». O sonoro, a partir de 1930, aceleraria o processo. Capas de magazine com retratos de vedetas eram já correntes em 1918 — e revistas próprias, com cuidados gráficos, apareceriam desde 1928 (*Imagem*, *Kino*, *Cinelândia*, o *Cinéfilo*, mais popular). Por seu lado, as programações eram concorrenciais e o melhor cinema alemão, francês e americano vinha a Lisboa — que assegurou maiores sucessos a dois filmes de guerra: *A Grande Parada* e, sobretudo, *A Hora Suprema*, em 1928, no Tivoli.

Lentamente desenvolvido, o cinema nacional ia marcando êxitos de estima, com argumentos vindos da literatura mais apreciada: *Os Fidalgos da*

Casa Mourisca, em 1920, e o *Amor de Perdição*, no ano seguinte, ou originais como *Lisboa e Maria do Mar*, de Leitão de Barros, em 1930 — até que a *Severa*, do mesmo realizador, êxito teatral de Dantas do princípio do século, foi enorme e esperançoso sucesso cinematográfico em 1931.

Era o gosto académico que prevalecia, e na pintura, na escultura, na arquitectura, igualmente ele se manifestava vantajadamente.

A SNBA, que em 1921 conheceu uma tentativa revolucionária dirigida por Pacheco, manteve o seu teor *salonnard* graças às segunda e já terceira gerações naturalistas que se sucediam na perseguição de um «ar livre» que Carlos Reis comandava no seu ensino oitocentista da Escola de Belas-Artes de Lisboa, rodeado de discípulos, e Malhoa animava com o seu talento pessoal, que os próprios discípulos não podiam alcançar — porque ele era único no espectáculo nacional que encenava. Único também, por razões simétricas, Columbano não poderia ter discípulos, apesar do ensino oficial que lhe coube e do qual em 1922 se afastou, agastado com a reacção modernista duma falsa cidade que para ele só podia ser de ausências e fantasmas. Todos os três atravessariam os anos 20, respeitados sexagenários, com homenagens em 1925 (Columbano, que morreria em 1929, e Reis, que só faleceria em 1940) ou, de grandioso âmbito nacional, em 1928, Malhoa, que morreria cinco anos depois, com museu de seu nome e estátua pública. Ainda só nos anos 20 desapareceram os outros mestres de 1880 ou 1890, Marques de Oliveira e A. Carneiro, Simões de Almeida e Costa Mota, e em 1931 e 1932 João Vaz e A. Loureiro, mais discretamente; durante eles estiveram vivos e activos Veloso Salgado, Alberto de Sousa, Roque Gameiro, Teixeira Lopes, João da Silva, e Anjos Teixeira e os arquitectos Tertuliano e Adães Bermudes, da arte nova e do neomanuelino, Norte Jr. e Raul Lino, ecléctico ou tradicionalista; só Ventura Terra, o maior deles, num sentido cosmopolita, falecera em 1919, no mesmo ano em que J. L. Monteiro, o primeiro dessa ordem, deixava o ensino das Belas-Artes. Assim, a herança oitocentista se prolongou nas três artes, impedindo uma renovação cujos quadros emigravam então para Paris, como E. Viana, em 1925, ou M. Elói, em 1929, ou para Madrid, como Almada, de 1927 até 1932.

Os que ficavam tinham pequenas possibilidades em ilustrações e capas de magazines, como (e brilhantemente) A. Soares e J. Barradas, Bernardo Marques ou Roberto Nobre — este, por simpatia anarquizante, aliado a Ferreira de Castro no álbum *A Epopeia do Trabalho*, em 1927, que anuncia uma arte social só muito mais tarde praticada, mas que *A Selva*, do romancista, logo em 1930 satisfaz. Exposições sem vendas eram também sua sina, na sala da *Ilustração Portuguesa*, no *atelier* do fotógrafo Bobone ou em locais improvisados, já que a SNBA lhes estava quase sempre vedada. Conjuntos foram ainda tentados em 1922, quando «5 artistas independentes» trouxeram de Paris obras que lá realizavam (os escultores Diogo de Macedo e F. Franco e os pintores Dordio Gomes, J. Miguéis e H. Franco), ou no Salão de Outono, em 1925, organizado por E. Viana e reeditado no ano seguinte pela revista *Contemporânea* — ou, finalmente, com intenções de maturidade adquirida e comprovada, no Salão dos Independentes, que em 1930 reuniu 40 pintores e desenhadores (Almada, Dordio, Manta, Barradas, Mily, Botelho, Tagarro, Sara, Bernardo, Elói, Júlio, a jovem Vieira da Silva), 10 escultores (Franco, Leopoldo, Diogo, Canto da Maia, Foyo, Duarte, Gameiro) e 10 arquitectos (Cristino, Segurado, Cottinelli, Ramos, Adelino) — nomes da primeira geração modernista revelada nos anos 10 e já de uma segunda geração, nascida na década de 20, que assim demonstravam, em continuidade,

uma razão de ser cultural e social dificilmente contestável, mas que também dificilmente buscava lugar ao sol das encomendas públicas (um Museu Nacional de Arte Contemporânea que lhes era hostil, a decoração do palácio do Parlamento, que, pelos anos 20, se encheu de Columbanos, Salgados, Acácios Linos e projectos de Sousa Lopes — o pintor algo expressionista da Grande Guerra que o Museu Militar acolheu também e que substituiria Columbano na direcção do Museu de Arte Contemporânea em 1927) e das ainda mais hipotéticas encomendas privadas.

Estas foram definidas em 1925 pela decoração do clube Bristol e do café A Brasileira do Chiado, iniciativas de Pacheco em que se destacaram Almada, Soares, Barradas — e sobretudo Viana, o melhor pintor da primeira geração modernista, com suas paisagens e seus nus cézanneanos. Mas Viana partiu para Paris em 1925, para só voltar em 1940; e, em compensação, regressaram de lá no ano seguinte Diogo, Franco, Dordio e Manta, que nessa torna-viagem perderiam originalidade criadora, diminuídos pelo ambiente nacional.

Este oferecia-se então *pastiches* dum encaracolado barroco joanino, representando-se assim em feiras internacionais (Rio, 1922, Sevilha, 1928, com pavilhões oficiais dos irmãos Rebelo de Andrade) —, mas deixava-se penetrar por um gosto meio racionalista meio *arts-deco*, que deu o cinema Capitólio (Cristino, 1925-31), o Eden (Cassiano, 1930-37) e, já depois da queda da 1.^a República, a sede do IST (Pardal, 1927-c. 1935), vários liceus pelo País (30...), numa breve aceitação funcionalista das novas entidades oficiais, fenómeno mais de eficácia imediata que de estética.

A estética manifestava-se ideologicamente na escultura pública, de modo académico, nas alegorias do Parlamento ou ao enterrarem-se, em 1920, primeiras pedras para monumentos aos mortos da Grande Guerra, aos mártires da Pátria e a A. J. da Silva, o *Judeu* (malogrados estes dois), e, último acto oficial do último presidente da 1.^a República, Bernardino Machado, em Maio de 1926, para o monumento ao marquês de Pombal — ainda manifesto anticlerical possível, se não necessário. O rival de Bernardino, António José de Almeida, que faleceria em 1929, teve primeira pedra em 1930, por iniciativa privada que o «28 de Maio» tolerou num gesto estratégico, a favor dum símbolo romântico duplamente enterrado.

Já, porém, a estátua de Gonçalves Zarco, de Franco, que abria a série vastíssima da estatuação nacionalista do novo regime, seria exposta na Avenida em 1928, antes de embarcar para o Funchal, e o seu estilo naturalista modernizado inspirava-se de Nuno Gonçalves, novo padrão ideológico que, a favor de polémicas delirantes, ia ser recuperado pela nova situação política — ou seja pela «Situação», como, por antonomásia irónica, se começou a dizer.

2. SOCIEDADE

Chegou-se lá após um longo processo de evolução-involução da sociedade portuguesa, que tomou e definiu os anos 20 em questão após o Armistício e o assassinato de Sidónio, em fins de 1918.

Aliás, «Situação» fora já a de Sidónio, cujo diário apaniguado assim se intitulava, como outro que apareceria em 1927, dirigido por um dos seus acólitos (Botelho Moniz), lançando-se tal termo em circulação sem pôr de parte outro que vinha dos meados capitalistas do século XIX: «Regeneração», dita «nacional» para o efeito.

Monarquia e República confundiam-se assim na «República Nova» e germanófila (como o eram também os monárquicos), que F. Pessoa via dirigida miticamente por um «Presidente-rei» — sincero republicano, porém, e até irmão «Carlyle» na Maçonaria. «Esta situação», dizia Guerra Junqueiro, em 1918, «só podia acabar pela restauração da Monarquia ou pela restauração da República.» À morte de Sidónio, que fora indeciso na instauração dum regime presidencialista, que só por solidão política preferiu, República e Monarquia tentaram a sorte — por um lado, numa continuidade impossível do sidonismo, com juntas militares e com a peripécia dum dos seus mais exaltados jovens paladinos, o tenente Teófilo (o nome significa simpatia republicana paterna...) Duarte, à frente duma «Coluna Negra» vingatória, com juramento sobre o cadáver do chefe, partido o vidro do caixão dum golpe de espada; por outro lado, uma tentativa de recuperação democrática; por outro, finalmente, a implantação da Monarquia no Norte, com anuência de D. Manuel II, que, no seu exílio inglês, terá dito, em inglês também, o *gone* — «palavra d'el-rei» que o seu lugar-tenente Ornelas transmitiu com hesitações e o chefe das incursões dos primeiros anos republicanos e único resistente real, Paiva Couceiro, executou: foi o reino da «Traulitânia», com seus caceteiros, os «trauliteiros» mais ferozes que os «lacraus» do sidonismo ou os «formigas-brancas» dos democratas. Em Lisboa duplicou-se a tentativa, com ocupação militar de Monsanto, que foi escalado e tomado, por marinheiros, populares e estudantes voluntários, contra os quais oficiais monárquicos de *carnet mondain* em última resistência mandavam morrer os próprios soldados, pobres lapuzes desinquietados para uma luta alheia. Sardenha era, entretanto, nomeado governador civil de Portalegre, pequeno destino do chefe integralista...

Em Agosto de 1919, A. J. de Almeida, o velho caudilho, foi eleito presidente da República restaurada, com prejuízo moral de Bernardino, que, espoliado por Sidónio, renunciara ao posto, mas tal não perdoara... Entretanto, após eleições legislativas com 93% de abstenções, em passividade, cinco governos tinham tomado posse e mais vinte e cinco lhes sucederiam até 1926: melhor seria que o presidente «os tomasse à hora, como os trens de praça» — dizia-se em 1920... Grande parte desta instabilidade governamental era devida ao exílio, agora voluntário, de Afonso Costa (que Sidónio prendera e expulsara), única capacidade governativa, pragmática embora. Os afonsistas tinham de contentar-se, porém, com chefes de governo de pequena estatura, A. M. da Silva sobretudo (seis vezes), que substituiu o dirigente carismático e «desejado» à frente do Partido «Democrático», que, desde a cisão António José-Afonso Costa, em 1911, tinha segura maioria parlamentar — com breve pausa de seis meses, em Julho de 1921, quando as direitas republicanas de António José e de Brito Camacho, antigo conspirador sidonista, fundidas num Partido Liberal, lhe ganharam.

Em 1921, uma revolução contra o Ministério «liberal» de A. Granjo, em Outubro, desencadeou, por aproveitamento de uma extrema-direita na sombra, a «noite sangrenta» de 1919, com assassinato do próprio chefe do Governo e de outros republicanos (tal como na Leva da Morte, de 1918, ao fim do sidonismo) — num terrorismo que ali atingiu o seu mais alto ponto de infâmia, mas conhecia também, na frequente prática bombista da extrema-esquerda, tristes sucessos.

O panorama partidário apresentava-se então confuso, mais promovido por pessoas que por ideias e sem diferenciação doutrinária possível. Da direita para a esquerda, burgueses após burgueses, havia os populares (ligados

a restos sidonistas), que viriam a dar os radicais, os liberais de 1919 e os reconstituintes, saídos em 1920 dos democráticos, que (com outros sidonistas) se fundiriam em 1923 nos nacionalistas, sob a direcção de Cunha Leal e Gínestal Machado — dos quais o reconstituente Álvaro de Castro se afastaria em 1923 na Acção Republicana, vindo em 1926 Cunha Leal a criar a União Liberal; e os próprios democráticos de A. M. da Silva, na corrente moderada (ou dos «bonzos»), com a corrente mais radical (ou dos «canhotos»), dirigida por J. Domingues dos Santos, que, em 1925, formou partido à parte a Esquerda Democrática. A destacar os nomes destes dois chefes democráticos (J. D. dos Santos formaria governo de três meses, em 1924-25), de Álvaro de Castro, que governou nove dias em 1920 e oito meses em 1923-24, e de Cunha Leal, que governou dois meses em 1921-22 — e ia desenvolver a sua acção pessoal desde 1923, com ambição acrescida em 1925, ao jogar o seu destino de possível «chefe» autoproposto, até nas tabelas do 28 de Maio.

Em 1923, o único chefe possível era, porém, Afonso Costa, que fizera eleger Teixeira Gomes à presidência da República após o mandato de António José (o único jamais cumprido), mais uma vez em prejuízo de Bernardino Machado, que agora não perdoou ao amigo, que o achava usado de mais nos bastidores da política, aceitando candidatar-se com a direita de Cunha Leal, que o levou à derrota. Daí a sua vingança ao fazer malograr a tentativa unitária de Afonso Costa para formar governo em Novembro — a última possível, na teia de enredos partidários e pessoais. O «Pai político» da República, o «Desejado», desistiu de vez — e o mito (velho mito nacional!) tomou a outra feição, de «Encoberto». A favor de outrem, todavia, ainda então no reino dos sonhos da salvação necessária...

Mas há que reparar também nos partidos ou movimentos marginais, fora do jogo (ou do «batuque») parlamentar ou sem esperança nele. São estes da esquerda, em vários graus proletária e burguesa, desde o velho Partido Socialista da idade oitocentista do Republicano, que, desde 1911, ia metendo, 3, 2, 1 ou nenhum deputado no Parlamento (8 em 1919) e teve ministros do Trabalho em 1919-20, até aos maximalistas-comunistas, em 1919-21, e aos anarquistas, com a União criada em 1923, o jornal *A Batalha* desde 1919 até 1927 e a arma da CGT, sua afim, que marcava o operariado fabril. À direita, os monárquicos integralistas de 1914, depois legitimistas ao romperem com os manuelistas em 1920 — grupos de conspiração com forte apoio agrário e da finança. Mas, à direita também, um grupo de confessado cariz financeiro: a Confederação Patronal de 1922, que deu (com 6 deputados em 1925) a União de Interesses Económicos; e um grupo de outra confissão de fé, vindo do CADC (Centro Académico da Democracia Cristã), renovado em 1912, o Centro Católico Português, confirmado em 1922, graças à acção de um jovem catedrático coimbrão que recusara a pasta das Finanças de Sidónio e fora deputado um só dia em 1921: Oliveira Salazar — o «Encoberto», que veremos surgir no turbido horizonte de 1928.

No meio de uns e de outros, o grupo da *Seara Nova*, que já vimos em transes de cultura e que procurava trazer esta, pedagogicamente (mas de modo assaz indefinido, com atracção socializante e sonhos de reforma agrária feitos por Ezequiel de Campos), para o campo da política — em que era prescindida por uns e por outros em geral. Em 1923 pretenderam os «seareiros» criar uma União Cívica, que levou planos de governo a Teixeira Gomes; no mesmo ano aceitaram participar (por dois meses...) no Ministério de Álvaro de Castro, com A. Sérgio na Instrução e Azevedo Gomes na Agricultura — serviço cívico inútil ou quase, num meio em que (dizia R. Proença)

os homens de talento eram como a *Vitória de Samotrácia*: tinham asas, mas não tinham cabeça...

Em 1922, o velho Teófilo, que morreria daí a dois anos, afirmava que até então «não tinha havido ministros», que era coisa que «todos queriam ser»; dizia-se também então que os estadistas o eram apenas «porque nos tinham posto neste estado». O descrédito era total — e, entrevistados na *ABC*, antigos ministros confessavam gerais desilusões, sem distinção de governos ou de partidos: sidonistas, socialistas ou democráticos. Ramada Curto despedia-se mesmo das funções com o gesto jocoso do zé-povinho...

Mas estes ex-governantes (e até o sidonista Feliciano Costa) denunciavam também pressões da finança, que, no meio de uma inflação galopante e de um déficit catastrófico (em 1921, em notas de 10\$, encheria quatro vezes a superfície do Terreiro do Paço, contava maliciosamente a *ABC*), jogava o seu considerável poder.

Não cabem aqui, evidentemente, análises económicas, mas apenas um ou outro índice — como o de o déficit ter diminuído significativamente na gestão de Álvaro de Castro (1923: menos 2/3 que em 1919), tendência que continuaria até ao 28 de Maio, que logo o multiplicou por cinco, até à intervenção cirúrgica de Salazar.

A libra-ouro, de 1919 a 1926, subira 12,2 vezes — mas em França não deixara de subir 8 vezes; os géneros também tinham tido enorme alta internacional, mas aqui mais sensível: dados de 1914 a 1921 põem a batata 22 vezes mais cara (3 vezes em França, apesar da guerra), o açúcar 12 vezes (4 em França), o pão 9 vezes, aí em valor igual ao da França. Era a carestia da vida e o poder de compra a diminuir — sobretudo no médio e alto funcionalismo e nos quadros privados, mas também nos meios operários, que lançavam frequentes greves. Enquanto o campo continuava a emigrar e certas camadas burguesas enriqueciam em negócios e negociatas, «novos-ricos» da conjuntura.

As especulações eram quotidianas nos géneros açambarcados e na banca — que cresceu 17 unidades nos anos de 1918 a 1926, das quais 11 no mesmo período fecharam, e mais 8, de fundação anterior, sobretudo de quadro regional. Um dos bancos, nascido em 1925, teve, porém, uma prodigiosa aventura que importa sublinhar: o Angola e Metrópole, criado pelo falso engenheiro Alves dos Reis — em Julho «figura altamente apreciada nos meios coloniais e financeiros» (o *Diário de Notícias* punha mesmo a hipótese de se estar entrando naquilo a que a história chamaria a «era Alves dos Reis») e, seis meses depois, burlão na cadeia, figura de uma outra história que a *ABC* afirmava ser «Balzac e [ser] Terrail, [ser] Zola e ao mesmo tempo Montepin»... 100 000 contos de notas de 500\$ (fabricadas no próprio impressor londrino do Banco de Portugal, numa série simplesmente duplicada por falsa encomenda oficial: 6% da circulação fiduciária, mais do que havia em curso em 1914...) insuflaram considerável alento na mórbida economia nacional, particularmente no mercado angolano, num imaginoso gesto que importará apreciar para além do seu carácter crapuloso. Mais do que do famigerado Stravinsky, seu contemporâneo, Alves dos Reis está próximo do «sistema Law», também de caução colonial, na Regência francesa de 1715. Num meio onde (dizia Alves Martins em 1925) se vivia uma «tragédia de Shakespeare com música de Offenbach», os meios imaginários não seriam para desdenhar...

Mas tudo era descrédito para as instituições, bancárias ou políticas — e o presidente Teixeira Gomes, em Novembro já, anunciou renunciar ao

cargo. No dia 8, as eleições legislativas tinham registado mais de 85% de abstenções; em Setembro, o julgamento dos «abrilistas», malogrados precursores do 28 de Maio do ano seguinte, chamados «paladinos do Dever» na *ABC*, concedera largas absolvições, provocando a improvisação de um Comité de Defesa da República, com comício logo proibido. Teixeira Gomes partiu em exílio voluntário — e nunca voltou a Portugal ao longo de mais de sessenta anos de vida. Durante muito tempo embaixador em Londres, escritor e esteta, vira a política nacional sobretudo «como romancista», com aristocrática e irónica dignidade. Ordinários, os inimigos chamavam-lhe «Lorde Polainas»... Bernardino pôde então voltar à sua querida presidência, por eleição sem concorrente. Um cumprimentou e foi-se, outro cumprimentou e ficou — mas sem grande proveito, porque, seis meses depois, mais uma vez seria arredado à força, terminando com a sua presidência a 1.^a República.

Foi então o 28 de Maio, *marché de dupes* com um republicano ingénuo, Cabeçadas, um general sem miolos, herói da guerra e crivado de dívidas, Gomes da Costa — e grandes interesses por detrás, esperando azo, em plena questão dos tabacos, que o Governo A. M. da Silva queria resolver em *régie* contra os monopólios, que, apoiados pela direita monárquica, semi-monárquica e republicana, queriam continuar em seu gozo. As peripécias do pronunciamento militar foram mais cómicas que trágicas, à imagem da sociedade implicada — e Gomes da Costa salvou-se só pela má-criação de caserna de ser o general Boum da opereta... Os seus apoiadores levaram-no a expulsar Cabeçadas do jogo, antes de o expulsarem a ele, marechal *in partibus*, para apoiarem, como parecia interessar, a gestão financeira de Sinel de Cordes, antigo deputado do «partido tabaquista» da Monarquia, e um general acomodaticio, Carmona. A gestão do primeiro falhou ao que se desejava, o segundo ficou e, entendendo finalmente a finança, onde estava, em mais longa *durée*, o seu interesse, apelou-se, em 1928, para o crítico severo de Sinel, o capitão da «política da poupança», a cabeça «encoberta» do Partido Católico, Salazar — com dano de Cunha Leal, que supusera poder ser o Maquiavel da história... E, lentamente, durante mais quatro anos, Salazar enredou o inteiro poder político.

«Nemo nos conduxit», lamentara Sérgio em Janeiro de 1925; a resposta da sociedade portuguesa foi conduzida por uma estrutura confessional, a que uma pequena burguesia jacobina (democrática ou socialista, e também maçónica) não pôde reagir, sem fôlego para mais de dez anos, na segunda década republicana. A finança fez o resto, com a indústria que havia (CUF, moagem, tabacos), apoiando o Partido Católico e tendo por si os militares de que precisava, classe aliás especialmente sacrificada no poder de compra pela inflação e que forneceu o *quantum satis* da receita pretendida. Quanto ao movimento operário, comunista ou da CGT, ele não estava obviamente preparado para a hábil série de jogadas da direita — e a greve geral decidida pela central sindical foi um completo fracasso.

Em 1928 e 1929 morreram os dois últimos leões românticos da República, Magalhães Lima e António José, e também Álvaro de Castro, o melhor governante da sua segunda e triste fase (Basílio Teles morrerá em 1923 — mas quem se lembrava dele e do seu pessimismo lúcido em 1910?...).

Exilados, Bernardino e Afonso Costa tentariam uma arrastada oposição, com a Liga de Defesa da República, formando-se em 1930 uma vaga Aliança Republicana Socialista. Houve também sacrifícios e revoluções, mortais ou não, em 1927, 1928, 1931 e em 1933, 1934, 1935, póstumas já estas...

Feito pela Situação governador do Banco de Angola, Cunha Leal foi demitido em 1930 por ataques a Salazar — e substituído por Cabeçadas, assim compensado. Nesse ano morreu Sinel, e Gomes da Costa já falecera em 1929 — e até o rei D. Manuel morreu em 1932, para facilitar a perspectiva final. Em 1929, M. G. Cerejeira, companheiro de sempre de Salazar, foi elevado a cardeal-patriarca. Em Julho de 1932, Salazar assumiu, enfim, a presidência do Conselho, convidado por Carmona, nomeado presidente da República em 1928; já preparara então a nova Constituição, votada suspeitamente a 60% e com perto de 40% de abstenções, em 1933. Foi o Estado Novo — e foram os anos 30. Em 1932 ainda, Salazar criou a União Nacional, «partido único» num regime de partidos proibidos, e encerrou, por já ultrapassado e inútil para a causa, o Centro Católico.

Com alguns monárquicos integralistas, de poder agrário (Sardinha falecera em 1925), na oposição restavam ainda os fascistas.

Que fascistas — ou que fascismo, nos horizontes nacionais?

Em tanto que grupo ou núcleo classificável, eram inexistentes e mesmo, inventariando os golpistas de 28 de Maio, *A Batalha* anarquista não os mencionava; mas não deixava de registar a Cruzada Nun'Álvares, cujo patriotismo mítico era altamente suspeito — apesar de criada, em 1921, em cerimónia assistida pelo presidente da República, A. J. de Almeida, e tendo como presidente próprio o venerando republicano A. Braancamp. Os monárquicos da *Alma Portuguesa* tinham evocado, em 1913, o Santo Condestável na linha messiânica do Oliveira Martins final, e já em 1910 o tinham comparado a Joana d'Arc, patrona das Jeunesses Royalistes francesas. Em 1926 tinham eles voltado à carga num jornal, *Reconquista*, com ligações com a União dos Interesses Económicos — e Proença, na *Seara Nova*, atacara-lhes as novas Ligas Académicas e Operárias do Condestável. Era a recuperação, já com primeira pedra de monumento lançada no ano anterior; dez anos mais tarde, Nun'Álvares seria o patrono das milícias do Estado Novo...

Com a sua cruz de Avis como emblema, estas seriam montadas contra o nacional-sindicalismo de Rolão Preto, de cruz de Cristo em braçadeira, cujo *führer* Salazar expulsou em 1933, como Carmona expulsara em 1926 Homem Cristo Filho. Em ambos pairava o espírito demagógico de Mussolini, ditador «revolucionário» — que Salazar, «ditador catedrático» da província, considerava «um oportunista da acção»...

Homem Cristo, apaniguado ao Duce, com «algo de esbirro, de espião e de vigarista», na opinião de Viatte, de cuja famosa e quinquagenária esposa, Rachilde, era mancebo e colaborador literário, num Paris em que se introduzira vantajosamente, foi o primeiro fascista confesso nas páginas da *Ideia Nacional* (1919-28), entre um monarquismo irrequieto e um sidonismo proveitoso; dito «professor de energia», «discípulo de Nietzsche e de Brummel», morreu de desastre em 1928, em Itália, com funeral em Santo António dos Portugueses e embaixador presente. R. Preto foi o segundo fascista nacional, de ligações agrárias e lembrança integralista, com partido (e fardamento) sem viabilidade e cedo abandonado por quase todos os companheiros de aventura, pressurosos aderentes à Situação.

A beira do fascismo estiveram, em 1926, os jovens «antimodernos, anti-democráticos, antiburgueses, monárquicos, intolerantes» da *Ordem Nova*, entre os quais M. Caetano — todos próximos futuros aderentes. Outros andavam à volta do fascismo: intelectuais e poetas que tinham atravessado o futurismo, como Raul Leal, que, em 1927, pregava uma «organização bol-

chevista pelo fascismo», como Mário Saa, que em 1924 via o País democrático vítima de uma «Invasão dos Judeus», como Almada Negreiros no equívoco menos iluminado de uma «Direcção Única» já em 1932, ou o próprio Pessoa, em 1928, defendendo, n' *O Interregno*, o recurso transitório ao Exército por falta de opinião «no Portugal de hoje», num tempo irreal, que a Ordem nunca poderá romanticamente salvar; a sua *Mensagem*, publicada em 1934, estará para além, nesse mesmo seu tempo, da mítica do regime. Resta A. Ferro, antigo companheiro destes e brilhante jornalista dos anos 20. Sidonista, foi dedicado salazarista também, apesar da sua admiração sensacionista por Mussolini, que entrevistara em 1923, vindo a publicar, quatro anos depois, uma *Viagem à volta das Ditaduras*, que incluía a de Primo de Rivera — e, em 1932-33, a série de entrevistas programáticas com Salazar, que foram primeira pedra da sua mitificação. Foi este o único intelectual (tirando outros, menores) que levou uma atracção fascista a consequências práticas.

Atracção de políticos, raros, de poetas, alguns, pouco o foi de militares — para além dos jovens tenentes do Sidónio, que, por desleixo ou ignorância, não continuaram na senda prevista. Em 1922, porém, o *Diário de Lisboa*, novo vespertino que modernizara a imprensa sectária, falava em compromissos desse género nos quartéis e, no ano seguinte, a *Ilustração Portuguesa* debruçava-se sobre a viabilidade do fascismo em Portugal. Velhos republicanos como Magalhães Lima, comunistas e CGTs achavam que não; mas os monárquicos diziam que, se aparecesse um homem... Pouco depois a *ABC*, de Rocha Martins, fazia-lhe o elogio em Itália, para, após a tomada do poder por Primo de Rivera, perguntar se era chegada a hora dos ditadores. Em 1924, enquanto saía o livro de A. Ferro, Magalhães Lima presidia a um comício contra as ditaduras — exorcismo republicano...

Condições para o fascismo, como saber se as havia em Portugal — e, logo, a personagem carismática necessária com confiança do capital? Viu-se que não no imbróglio de 1926, que havia de se solucionar num mais adequado «regime conservador e clerical», de pai «encoberto», com seu ritmo paciente e seguro, sem gestos nem foguetes antecipados.

Entre o 1.º Congresso do Centro Católico, em 1922, e o 1.º Congresso Nacional do Apostolado da Oração, em 1930, a década ganhara, ideologicamente, o sentido social real, por mais comícios, ou congressos, ou greves de várias esquerdas que tivesse havido, e muitos houve, em vão...

À 1.ª República restava a memória de duas gloriosas viagens ao Brasil, uma após outra, em 1922 — a de Gago Coutinho e Sacadura Cabral na primeira travessia aérea do Atlântico Sul e a do presidente António José de Almeida a saudar a pátria irmã, no seu primeiro centenário, com o verbo fogoso de românticos tempos. Dois símbolos dum futuro sem seguimento possível e dum presente atemporal; aos quais devem juntar-se, em 1921 e também com A. J. de Almeida, as honras ao Soldado Desconhecido da Grande Guerra e a primeira pedra do monumento a Pombal, nas vésperas do 28 de Maio — símbolos dum passado suspeito, da história da República, ou do anticlericalismo por esta recuperado, que daí em diante importava desviar ou minorar.

... Mas não só de símbolos ideológicos nem de problemas de estrutura ou de conjuntura social vivia o quotidiano do País, e a sociedade portuguesa tinha a sua face mais visível, a sua epiderme mundana, que nos anos 20 assume, como em todo o Ocidente, uma importância especial, quando as modas intervêm imperiosamente no modo de viver. E interessa saber qual

foi o comportamento desta *élite* social que em Lisboa se agita, entre privilégios de dinheiro e de classe, que dão acesso à cultura, nela se responsabilizando — ou não. Sobretudo não pesquisemos utências maiores ou menores nas artes que já observámos ou nos chás das 5, que também importam e dão colunas de *high life* aos quotidianos e fotos de pose aos magazines, tal como o champanhe da meia-noite, menos apregoado em família...

Fala-se de Lisboa e é, como oitenta anos atrás, o Chiado que vem, permanente mostra sua, sítio de ver e de ser visto numa cidade que se mantinha fiel à sua artéria nobre de comércio e de lazer vespertino, nela concentrando as forças de imaginação e de curiosidade de que dispunha: os cronistas falavam das suas «criminosas» ou da sua «alma encantadora»...

Em que medida a cidade se libertou dos tabus paralisantes de antes da guerra e se deixou embarcar numa modernidade de costumes e de comportamentos? Na verdade, se «la Folle Époque» depende da existência prévia de «la Belle Époque», como a teríamos, que não fosse falsa, no Chiado e vizinhanças, onde a passagem do século não conheceu estilo necessariamente adequado?

Em 1925, no meio da década, realizou-se no Coliseu a primeira exposição lisboeta de modelos de automóveis. A decoração foi elogiada: «[...] tem cor, tem linha, tem Europa»; o critério crítico punha em realce uma ânsia cosmopolita — que um novo objecto de luxo e regalo simbolizava. A grande exposição parisiense de «Arts Déco», no mesmo ano, e na qual Portugal esteve ausente, vista a distância, levava ao mesmo diapasão encantado — já que Paris continuava a ser «verdadeiramente a cidade-luz». De lá vinham todas as modas femininas, do penteado *à garçonne* às saias curtas (discutidas em 1920) ou compridas, em 1930, dos organdis e das luvas de canhão, da mesma altura, aos *maillots* de praia. As revistas *Voga* e *Eva*, desde 1927-29, traduziam tais modas, com receitas modestas — mas as fotografias de senhoras de formas transbordantes descendo o Chiado, à hora chique, não acertavam com os modelos desejados... E ainda o modo de viver *à garçonne*, seus gestos e rituais, implicava facilitações de moral familiar que não tinham curso público e eram ainda escândalo nos raros casos mundano-feministas conhecidos. À pequena burguesia cinéfila, nisso subcultivada, não havia tango, *fox-trot*, *one-step* ou *charlston* que lhe valesse — até que, no Estoril, um casino de projecto francês fosse anunciado em 1930. Servido por comboios eléctricos desde 1926, o Estoril entrou em moda nos anos 20, bom negócio de finança, e teve *golf* inaugurado em 1929 (pelo presidente Carmona) e Palace Hotel em 1930. Era a degradação burguesa e nova-rica de Cascais; este, porém, continuava a fornecer pares aos bailes mais aristocráticos do Clube Naval e às cavalgadas de quarta-feira no Campo Grande — *sportsmen* e *sportswomen*, como se dizia, que eram também *tennismen* e *tenniswomen*. Enquanto o futebol passava ao povo, com entusiasmos já de Benfica e Sporting, e uma primeira volta a Portugal em bicicleta era corrida em 1928.

Os *thés dancings* (sic) do Hotel de Inglaterra, ao Rossio, anunciados em 1924, atraíam uma freguesia mista, casadoira e de outro tipo, que os muitos cabarés da capital, nascidos na guerra, satisfaziam moderadamente, com as suas *papillons* da «idade do *jazz-band*». O Bristol, decorado mais ou menos à Luís XVI em 1918, recebeu, como vimos, obras modernas em 1925 e teve aura de romances e peças com o seu nome no título, ainda em 1929. Outros se multiplicavam: o Monumental, o Alhambra, o Maxim's — onde o gosto dos *cocktails*, gosto novo, merecia propaganda especial; e o Regaleira

gabava, em 1921, «a maneira de viver de hoje», mas sem grande êxito. Barradas ilustrava-lhes a fauna...

Também os cafés conheciam intensificação («através da onda do urbanismo»), com obras na Brasileira e no Chiado, em 1925 e 1927, e inauguração do novo Nicola, em 1930 — e, no Porto, o Magestic, que lhes dava inesperada réplica, já em 1923, numa cidade que então se monumentalizava. Mas eram sítios só de homens que, gulosos, vinham para as portas olhar as pernas que passassem... Delas foi Stuart Carvalhais gostoso cronista, nos seus desenhos de erotismo alfacinha.

Uma Léa Niako, bailarina nua, «lançou (em 1928) uma mancha de modernismo exótico nos palcos modorrentos desta Lisboa atrasadota», dizia-se — e o Parque Mayer, sítio de feira popular e pequeno-burguesa, com seus teatros e suas «farturas», pontuava eroticamente tal atraso, que uma Festa dos Mercados procurava animar, na Praça da Figueira, em 1925 — ano da exposição das Arts-Déco em Paris...

Ao mundo parisiense, *survolté*, modelo longínquo, respondia caricaturalmente o Chiado lisboeta com suas casas de chá das 5, onde se vinha de automóvel com *chauffeur* de libré, elas, e eles arvoravam monóculo e eram tenentes ou advogados recém-formados, talhados para o *flirt*, como começava a dizer-se. Honras desafrontadas, com morte do sedutor, eram então absolvidas nos tribunais, e outros, de honra também, davam duelos à espada de sangue raro. Este reservava-se para as revoluções, e, quando as não havia, mingua a actualidade para a imprensa — além do breve pasto do caso Alves dos Reis ou da Maria Alves, actriz misteriosamente assassinada em 1926.

... Mas a Trianon e a Garrett eram locais eleitos do Chiado, desenhados por Bernardo e por Soares e com seus cronistas, que escreviam «dedos da-daístas», «cleopatrina», «miliumanoitesco», falando em «paços reais da sua emoção» nas colunas dos jornais — de que só *A Batalha* anarquista se atrevia a troçar... Havia ainda as sete igrejas visitadas, à roda do Chiado, na Quinta-Feira Santa, as «festas de caridade» a favor dos pobres e as partidas de *mah-jong*, em voga cerca de 1928. Mas sobretudo faltava um animador a estes comportamentos mundanos, que Almada, Pacheco ou Ferro mal podiam ser, à míngua de matéria-prima — Cocteau sem Chaneis nem Chéris, sem *trains bleus* nem *madonas des sleepings* ou *hommes aux Hispanos*... E mais lhes faltavam mecenas, pois um só, Noailles lisboeta, a Helena Castelo-Melhor (que casaria com um Broglie), despontou, juntamente com um conserveiro rico e um cabaretista pouco solvável. O breve destino da *Contemporânea*, revista de mecenato feita para «civilizar gente», traduz bem tal situação.

Dos «novos-ricos» multiplicava-se o anedotário, desde 1919, e ainda em 1927 um mau romance assim se intitulava. O movimento ia até às cidades do interior, o que já em 1923 tornava difícil arranjar criadas na capital — por seu lado, dia a dia invadida pelas províncias, na ilusão de melhor ou mais fácil viver, como já se observava em 1920...

3. CIDADE

Na primeira década do século, a população de Lisboa aumentara 11%, na segunda entre 1920 e 1930, 23%, chegando então quase a 600 000 habitantes, pouco menos de metade da inteira população urbana do País, que continuava a ter mais de 80% de população rural.

Esta proporção, há muito constante, não pode deixar de explicar as hesitações urbanas havidas e a haver numa sociedade amante de Malhoa.

Depois da campanha de obras do princípio do século, com Avenidas Novas e definição do eixo Almirante Reis, não houve mais planos que não fossem ocasionais — e só em 1926 a Câmara pensou em fazer traçar um plano de conjunto, nomeando comissão e chamando um especialista francês, Forrestier, que se limitou a dar conselhos no meio do caos que observava. Só em 1933 se recomeçaria, e depois, de novo em 1938: durante os anos 20 nada se fez nesse sentido.

Em 1920, porém, uma Sociedade Financeira apresentou vastos projectos de reforma da cidade, sem resposta camarária. Tratava-se, no entanto, e para além dos interesses evidentes da empresa, de uma obra considerável que contemplava sectores de alto *standing*, a norte do Parque Eduardo VII, tanto quanto de habitação modesta, na cidade oriental, e mesmo operária, na zona entre Alcântara e Benfica. Desenvolver-se-iam também as Avenidas Novas, prolongar-se-ia a Almirante Reis, com saída da cidade para o Norte, ligar-se-ia a Estrela ao rio e Campo de Ourique e Campolide à Avenida, numa vasta e inteligente rede de circulações que estruturariam a cidade, que, entregue então a péssimas construções de «gaioleiros», em bairros improvisados, de ruas abertas ao acaso dos terrenos, sobretudo na parte oriental, ia perdendo hipóteses de futuras definições urbanas.

Assim continuou a ser, porém com melhor respeito nas áreas já traçadas na sequência Avenida-Avenidas Novas, cujo *standing*, assaz modesto, ilustrava (e modelava) um viver estrito de burguesia de palacetes ou casas de renda já encarecida — que, muitas vezes, eram propriedade dos primeiros, num esquema económico imobiliário que vinha dos fins de Oitocentos e se repetia com os dinheiros novos que a guerra proporcionara. Igualmente se repetiam então quer o gosto ecléctico e ramalhudo do princípio do século, quer a planta dos andares de corredor ao meio, sala para a frente e quartos interiores, que vinha mais de trás.

O primeiro sistema original dos anos 20 definiu-se já ao seu termo, no Bairro Azul, que conheceu especiais cuidados de comodidade. Prédios isolados destacaram-se porém, também nos finais da década, mas só pelo seu programa ornamental, baseado no gosto «Arts Déco», definido em Paris em 1925, e ainda mais no gosto «vienense», que então se espalhava. Uma moradia, obra de Pardal Monteiro na Avenida Cinco de Outubro, marcou, em 1929, a maior altura deste estilo híbrido, com especiais cuidados de desenho.

Quanto a novos elementos estruturais da cidade, prejudicados por falta de plano global, eles foram sobretudo representados pelos projectos de prolongamento da Avenida, que em 1930 atingiram originalidade monumentalista com a proposta de Cristino da Silva, muito discutida e considerada como o índice de categorização moderna — mas abandonada. Abandonadas foram também, e no domínio das utopias, duas obras propostas: o metropolitano, em 1921 e em 1925, por empresas espanholas, e a ponte sobre o Tejo, ou o túnel, em alternativa discutida. A extensão e os ritmos urbanos não faziam ainda jus a um transporte de metrópole, bem servidos por «eléctricos», que tinham nascido com o século; quanto à ponte, sonho já de 1876, a situação económica do Sul do País, limitada por interesses agrários irredutíveis, não a justificava também por enquanto — e ambas as hipóteses eram precoces para a própria cidade, que, sem elas, muito bem, ou mal, vivia. Melhor seria dar-lhe árvores, num «pulmão» que em 1925 se defendeu fosse Mon-

santo, mas que se contentava em ser o Parque Eduardo VII, sítio de piqueniques dominicais, ao alto duma Avenida que continuava a ser artéria nobre de desfiles militares, de festas, ou de prazeres pelo Carnaval. Sem falar no seu papel nas revoluções do costume, porque, desde 1910, (dizia-se em 1921), «a vitória pertencia sempre aos que primeiro chegassem» ao Parque, «grande roleta da política nacional» — podendo depois exhibir-se, marcialmente, pela Avenida abaixo, como pela última vez fizeram as tropas do 28 de Maio... Ao cimo dela também se erigiu o símbolo polivalente do Estado e da cidade: o monumento ao marquês de Pombal, último acto da 1.^a República, como vimos, quanto ao início da obra que se arrastaria. Ele marcava a placa giratória que estava dando acesso à cidade capitalista que a Avenida propulsara e se desenvolvia pelos anos 20, neles atingindo já o ponto de rotura que a década seguinte estruturaria.

A Avenida, no seu complexo urbanístico, vivia então as suas últimas horas de glória sem partilha — imagem múltipla da cidade, burguesa, popular e oficial, imagem imitativa, ainda, do bulevar donde viera a ideia oitocentista. E foi também no seu percurso que se inaugurou, em 1931, o Monumento aos Mortos da Grande Guerra, iniciado em 1920, ligado a um discurso simbólico republicano que já atrás se referiu.

Não se ignore, porém, que a imagem pombalina, ao mesmo tempo, era destruída pelos atentados cometidos em prédios da Baixa, modificados nas fachadas setecentistas, que compunham um conjunto histórico («pesado, arcaico»), incompreendido então no seu significado sociartístico. Começara o estupro por acção da banca em 1906 (Lisboa & Açores, com projecto do republicano Ventura Terra) e por ela continuava, em outros edifícios bancários; mas já também, em 1922, num outro comércio que impôs estilização modernizante (hoje Agência Havas), obra de um jovem arquitecto de nova tendência, manifestada também no edifício dos Telefones, em 1925 (em 1923 havia 10 000 telefones na capital) — então ao mesmo tempo que o vizinho Teatro Ginásio apresentava uma fachada *fin de siècle* cosmopolita no seu luxo escultórico. Encontramo-nos, assim, em presença de situações opostas que na vida da cidade e da sua arquitectura parecem então inevitáveis e correspondem ao que pudemos observar na literatura, no teatro e nas artes plásticas da década.

Para vincar bem tais contradições, veja-se que, em 1925 também, Cristino desenhou o Capitólio em termos modernistas: tratava-se de um cinema e a própria modernidade da arte exigia invólucro adequado, impróprio para teatro, tal como a vida portuguesa o podia entender. E no ano seguinte foi também modernista o salão de vendas da Fiat, na Avenida (Cottinelli), dedicado a uma indústria que tal exigia, como a Ford, em 1930, do arquitecto do Capitólio. As duas novas estações de embarque, para o Estoril e para a margem sul e sueste, em 1928 e em 1931 (Pardal Monteiro e Cottinelli), igualmente adoptaram o novo cosmopolitismo racionalista; tal como a Estatística, em 1931 (Pardal), um liceu, em 1930, o Instituto de Oncologia, desde 1927.

O diapasão estético e moral veio, porém, da sede do IST, de Pardal, iniciada em 1927, dando exemplo de construção oficial desejada por um próximo tecnocrata da «Situação» que teria nela papel involuído (Duarte Pacheco). Duplo exemplo de função, no estilo «de engenheiro» e no desencadeamento duma nova e importante zona de urbanização, anunciadora dos anos 30 modernizantes — rotura no sistema oitocentista que satisfazia ainda o Lisboa de 1920.

em 1930 e terminado em 1937, fechou o esquema modernista de 1920, com uma obra-prima de que a cidade troçou; entretanto, mas só ao fim da década, pela cidade fora distribuíam-se novas salas de cinema que representavam, ao mesmo tempo, uma difusão do novo espectáculo alentado pelo sonoro e uma fixação gregária de zonas residenciais da cidade, de variado estatuto social — desde as Avenidas Novas (Trianon) ao Alto do Pina (Max Cine) e da Almirante Reis (Lys) à Graça (Royal) e a Campo de Ourique (Europa). À falta de novas igrejas, os cinemas de bairro definiam paróquias de espectadores... Os cafés, porém, era na Baixa, ou no Rossio e no Chiado, que se instalavam ou melhoravam, tal como novas lojas de luxo, que tiveram na Loja das Meias, no Rossio, exemplo maior, em 1930 — tudo isto modelando, afinal, a nova década que ia começar.

Tinha isto também que ver com uma publicidade que se renovava graficamente e também, desde 1928, em letreiros luminosos, animando assim o viver citadino que nos magazines ilustrados, de modas e de cinema, vimos exprimir-se ou formar-se — e que, precisamente em 1928, no *Notícias Ilustrado* teve radical transformação, num novo gosto gráfico que tecnicamente arrastava um diferente teor informativo e, assim, uma nova maneira urbana de ser, que mais uma vez (e agora muito recentemente) vinha de Paris, das páginas de *Vu*.

Lentamente, a cidade transformava-se, molemente também, apesar dos ritmos novos que lhe anunciavam — e as reportagens fotográficas mostravam ruas vazias ladeadas de prédios hirtos, quase fúnebres, desde que se saísse do centro para o Conde Redondo, para as próprias Avenidas Novas. Com primeira pedra lançada por um ministro socialista em 1919, o Bairro Social do Arco do Cego era, até 1930, um vasto cemitério de alicerces ao rés-do-chão e, desde 1927, a Câmara mostrava-se incapaz de levar a cabo outros projectos de habitação popular que melhorassem as condições ínfimas dos «bairros da lata» que o afluxo de população provinciana desencadeava, com mais de 10 000 pessoas, em média, por ano.

Em 1925, a cidade estava «abandonada e suja» — «sentina da Europa» quando chegavam os calores do Verão, dizia a *ABC*. Mas, em 1929, a revista afirmava que «nestes últimos cinco anos, com imprevistos de mágica [Lisboa] passou de burgo sonolento a capital europeia».

Porém, chamados a depor no mesmo ano, jovens arquitectos declaravam que «estava tudo por fazer» na cidade — e que importava «urbanizar a valer». Com a constatação desta necessidade imperiosa se fechava o balanço da década, deixando para a década seguinte a solução dos problemas que vimos.

A cidade fixava assim, prática e simbolicamente, a imagem da sociedade e da sua cultura, ou da sua utência cultural — e era acusação sem resposta à acção dos seus políticos. As pistas que a sua observação nos oferece permitem-nos entender melhor as relações de presença que se estabeleciam, ou podiam estabelecer, entre a Baixa, o Chiado e o resto — entre cafés e cabarés, teatros e cinemas, casas de chá e bairros de fome, em República ou em ditadura...

Não se tiram conclusões de uma sondagem, se é que de alguma investigação podem tirar-se... Mas, destes factos e destas acções inventariadas e já seleccionadas, alguns ressaltam ou se impõem, mais significativos no conjunto do discurso, ou mais necessários ao seu hipotético entendimento. E gente também, e sobretudo, protagonistas voluntários ou involuntários que as forças conjunturais põem em posições-chave — agentes do acontecido ou, por

vezes, suas vítimas. De qualquer modo, peças de uma *commedia dell'arte* de algum riso e de algumas mortes; de toda a maneira, sintomas dum viver bom ou mau — creia-se em fatalidades ou em salvaçãoes. Ou nem numa coisa nem na outra, como é próprio da história...

O quê e quem, então, na cultura desta década, ainda virada para o campo e só quase capaz de caricaturar a cidade?

Os fins possíveis do modernismo citadino ou lisboeta de 1915-17, em Almada e em Ferro, para além da sombra de Pessoa, ausente e acusatória, ou na *Contemporânea* — para que outro modernismo, vindo da província coimbrã nas páginas da *Presença*, se defina nos anos 30 seguintes; mas, mais do que isso, para maior público, por via do gosto regionalista e rústico (e camiliano), logo está Aquilino e, muito ao fim da década, apontando para outra situação ideológica, o Ferreira de Castro dos *Emigrantes* e d'*A Selva*. No teatro aplaudido (o que é sua condição *sine qua non*), a pretensa problemática burguesa de Ramada não teve rival, nem nos escândalos, pretensos também, de Cortês; e melhor terá sido aplaudir as revistas do Parque, já com Beatriz Costa... Nas artes, é o fim glorioso de Malhoa, o fim triste de Columbano e o princípio de Viana, emigrante em 1925; mas são ainda (e sempre), para além dos fantasmas urbanos columbanescos, «anos Malhoa», do agro e do cio, solares ambos — num viver social subdesenvolvido, de estruturas há muito perdidas, que a guerra fundara em inflações e luxos ou consumos culturais de caricatura; e no medo de sobreviver...

Daí as revoluções numerosíssimas, daí, por esconjuro, o grande arranque aéreo até ao Brasil, que foi, afinal, último acto dos anos 10 de maior crença. Daí também que, na política, um «Ausente» tivesse coberto tudo o mais, numa impossibilidade de República que os «Velhos» venerandos resolveram morrendo na devida altura, e Teixeira Gomes, elegantemente, virando as costas — por inevitável desprezo.

As maiores figuras deste sector são-no, assim, pela ausência ou pela negativa, e negativo é também o perfil de Alves dos Reis, tentando o impossível positivo — que Salazar, enfim, conseguirá, em termos caseiros de *superavit*... Resta, nas ilusões da *Seara Nova*, A. Sérgio: restará sempre, aliás, entre «pedras mortas» e «políticas de transporte», no país sem mudança, variavelmente dependente de novos-ricos. Como Teixeira Gomes e Afonso Costa, Sérgio é homem de cidade, numa sociedade mentalizada em serras beirãs, ou seja, então, em Coimbra.

Porque a cidade dificilmente consegue sê-lo em Lisboa, no deserto das suas ruas novas, algo fantomáticas, que vão dar urbanisticamente a parte nenhuma, tudo se ficando pela Avenida e pelo Chiado de Oitocentos. Só o IST, de Pardal Monteiro (e de Duarte Pacheco), abre então perspectivas para o futuro — o que se verá, e como, nos anos 30. Mas no limiar destes volta a soar o irónico diagnóstico de «provincianismo» no «caso mental português», que Pessoa pela última vez exprimiu em 1932...

Agosto, 1981.